Duração e horário de trabalho — Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

Estatuto disciplinar — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro; Férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 117/99, de 11 de Agosto, 503/99, de 20 de Novembro, e 157/2001, de 11 de Maio;

Contabilidade pública — Decreto-Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro;

Despesas públicas — Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho; Regime de administração financeira do Estado — Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;

Estatuto remuneratório — Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro; outros abonos (prestação familiares, abonos de ajudas de custo e abonos para falhas).

7.4 — Legislação a consultar — conhecimentos específicos: Decretos-Leis n.ºs 252/92, de 19 de Novembro, e 316/95, de 28 de Novembro, alterados pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, 264/2002, de 25 de Novembro, 83/2000, de 11 de Maio, 86/2000, de 12 de Maio, e 332-A/2000, de 30 de Dezembro.

8 — As provas de conhecimentos gerais e específicos serão desenvolvidas em duas fases, revestirão a forma escrita, terão cada uma a duração de uma hora e serão valorizadas na escala de 0 a 20 valores.

8.1 — A prova de conhecimentos gerais terá carácter eliminatório, considerando-se excluídos os candidatos que nela obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

9 — O ordenamento final dos candidatos resultará da média aritmética dos resultados dos métodos de selecção indicados, ponderados com os seguintes factores:

- Prova de conhecimentos gerais — 3;
- Prova de conhecimentos específicos — 2.

9.1 — Sistema de classificação final — a classificação final será o resultado da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(PCG \times 3) + (PCE \times 2)}{5}$$

em que:

- CF = classificação final;
- PCG = prova de conhecimentos gerais;
- PCE = prova de conhecimentos específicos.

9.2 — Os critérios de apreciação e ponderação das provas de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — A data, o local e os horários previstos para a realização das provas serão divulgados na lista de candidatos admitidos.

11 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao governador civil do distrito de Braga.

11.1 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, nacionalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu e sua validade), situação militar, se for caso disso, residência, código postal, telefone e número de contribuinte;
- b) Habilitações literárias;
- c) Indicação da categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo e classificação de serviço;
- d) Identificação do concurso a que se candidata;
- e) Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne os requisitos gerais de admissão constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sob pena de exclusão, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do citado decreto-lei;
- f) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais, todavia, só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

11.2 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes elementos, sob pena de exclusão:

- a) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das habilitações literárias e profissionais;
- b) Declaração, passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a existência e a natureza do vínculo e a antiguidade na actual categoria, na carreira e função pública.

11.3 — A declaração a que se refere a alínea b) do n.º 11.2 do presente aviso é emitida pela Direcção-Geral de Pessoal e Recru-

tamento Militar, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro.

11.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — Publicitação da relação de candidatos e da lista de classificação final — a relação dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e afixadas no átrio deste Governo Civil.

13 — Composição do júri:

Presidente — Dr. José Oliveira da Silva, secretário do Governo Civil do Distrito de Braga.

Vogais efectivos:

Rosa Antunes dos Anjos da Costa Carvalho, chefe de secção.
Maria Aldora Soares Pinto, tesoureira.

Vogais suplentes:

Augusto Pires Ribeiro Gomes, assistente administrativo especialista.
Júlia Maria Ferreira Leite da Silva Costa, assistente administrativa especialista.

13.1 — O presidente será substituído pelo primeiro vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

14 — Os requerimentos podem ser entregues pessoalmente no Governo Civil do Distrito de Braga, sito no Largo de São Tiago, 4704-501 Braga, ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, expedidos até ao termo do prazo fixado.

14 de Dezembro de 2004. — O Governador Civil, *José António de Araújo*.

Aviso n.º 37/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Dezembro de 2004 do Governador Civil do Distrito de Braga:

Maria do Sameiro Rodrigues de Sousa Silva, assistente administrativa do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Braga — nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de assistente administrativo principal, considerando-se exonerada da categoria que detém a partir da data de aceitação da nomeação da nova categoria. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Dezembro de 2004. — O Secretário, *José Oliveira da Silva*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extracto) n.º 131/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Dezembro de 2004 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Licenciado Francisco José Marques Alves, a exercer ininterruptamente funções dirigentes desde 16 de Janeiro de 2001 — nomeado nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 29.º e no artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na categoria de inspector superior de nível 2 da carreira de investigação e fiscalização, com efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2004, em lugar a aditar automaticamente ao quadro de pessoal, a extinguir quando vagar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 132/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Dezembro de 2004 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi rescindido a seu pedido o contrato administrativo de provimento com Ricardo Alexandre Correia Jesus, estagiário do 5.º estágio probatório para ingresso na carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com efeitos reportados a 15 de Novembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.